

Povos Indígenas no Brasil

Fonte O Povo Class.: Tapeba 71

Data julho 1973 Pg.: _____

Demarcação de terras da tribo localizada no município de Caucaia pode ocorrer este ano

MÁRCIA GURGEL
DA EDITORIA DE CIDADES

Com portaria assinada pelo Presidente da Funai, Cláudio dos Santos Romero, datada do dia 6 deste mês e publicado no último dia 13, no Diário Oficial da União, a Fundação Nacional do Índio reconhece a indigenidade da nação Tapeba e aprova área de 4.658 hectares, com perímetro de 77,5 quilômetros, para compor a primeira reserva indígena do Ceará. Ontem, ao tomar conhecimento da notícia através do O POVO, o cacique Alberto e sua gente dançaram o torém, em reconhecimento ao que já é apontado como o passo mais concreto na luta pela posse das terras, o que pode acontecer ainda este ano, segundo o Delegado Regional da Funai, em João Pessoa, Marcos Clemente. Em Brasília, a expectativa é de que o Ministério da Justiça confirme a portaria demarcatória dentro de 15 dias.

A comunidade de Tapeba, em Caucaia, é composta hoje de quase 1.200 remanescentes das etnias Potiguara, Cariri e Tremembé. Estão dispersos entre as comunidades do Trilho, Lagoa dos Tapeba, Capoeira I, Capoeira 2, Barra Nova, Ponte 1, Ponte 2, Pista, Vila Nova, Vila São José e Lado do Daniel, num total de 17 comunidades. De comum, entre eles, a miséria extrema. Mesmo assim, vestidos com seus trajes típicos — não mais que um saiote e um arranjo na cabeça feitos em palha, o dia ontem foi de comemoração.

Francisco Alves Teixeira, 45 anos, o índio Alberto, é o cacique da nação Tapeba, de Caucaia. Ao receber a notícia da portaria, ele se apressou em reunir alguns de sua gente para a dança do torém, no novo galpão construído com Cr\$ 8 milhões da

Visão Mundial — entidade filantrópica alemã — para a reunião da comunidade. Ao som de um tambor, eles repetiram versos que falam da importância da terra para o índio. Com eles, como convidados, dois aimarás, que habitam o Peru, mas a promessa é de que a festa da posse definitiva, quando acontecer, terá a presença de 600 índios brasileiros.

□ Na sala cacique Perna de Pau, o índio Alberto lembrou outras vitórias de seu povo, como o posto de saúde, as “tartarugas” na pista (seis indígenas morreram atropelados na rodovia), a energia, a água da Cagece e, mais importante, o fato de que “a Polícia não agride mais a gente como antes, chamando nós de bêbado vagabundo”. Entre os agradecimentos, o maior vai para o sociólogo José Cordeiro, autor de *Índios do Siará-Massacre e Resistência*. A Pastoral Indigenista da Arquidiocese também está com eles desde o começo.

“Os companheiros da lagoa dos Tapeba ganharam um criatório de suínos, mas nós precisa é da terra que não adianta ter porco sem a terra para botar o animal dentro. Tendo o chão, a gente consegue o resto.” Ele garante que nenhum dos atuais ocupantes, inclusive empresários, possui documentos. São todos foreiros. Um deles é o dono do empreendimento Lago Verde, na BR-222 (quase todo fechado há seis meses), Evaldo Cruz. O filho Francisco José afirma que as terras foram adquiridas de uma cerâmica. A preocupação do cacique é apenas com os sem-teto, como eles também miseráveis. “A gente pode até perder um pedaço para eles, mas o Governo pode também comprar outra terra para os brancos pobres. Há de se dar um jeito”.

Decisão deve ir agora a Brasília

A portaria de número 13, assinada pelo presidente Cláudio Romero, é, na opinião de José Cordeiro, sociólogo e antropólogo, “o reconhecimento definitivo, pela Funai, da indigenidade tapeba, com a delimitação de sua área, com base em toda uma fundamentação antropológica ampla”. Já o Delegado Regional da Fundação em João Pessoa (com jurisdição no Ceará), Marcos Clemente, lembra que o documento é a prova de que o órgão tutor confirma a terra indígena.

Em Brasília, a Assessora de Imprensa da Fundação Nacional do Índio, Roseli Garcia, informa que a previsão é de 15 dias, para que a portaria chegue ao Ministério da Justiça, visando a aprovação da área e posterior sanção por decreto pelo Presidente da República. A seguir, os 4.658 hectares (são 4.623 hectares da gleba Tapeba e 35 hectares da terra Palmirim) serão indenizados, no que for de particular, e toda a área declarada como reserva indígena. De fora, vão ficar apenas a faixa de domínio correspondente ao antigo e ao novo traçado da BR-222, rodovia do Garrote e ferrovia. Vai desde a duna (mas excluída) e margeia lagoas, como a Tapeba, e rios, a exemplo do Ceará. Apenas seis imóveis têm registro imobiliário no cartório de Caucaia e mais 42 escrituras foram solicitadas.

E de praxe o Ministério da Justiça confirmar o relatório da Funai — afirma Clemente. Mesmo que as pressões políticas sejam fortes, costuma prevalecer o relatório técnico — acrescenta. A área reconhecida como indígena, em formato de um ferro de engomar, tem 77,5 quilômetros de perímetro. Mônaco tem 1,95 quilômetros quadrado; a República de San Marino, 60,5; e Andorra, bem maior, 467. Nela estão fazendas de espólios e um imóvel da Cohab.

